



FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA: DESAFIOS, PRÁTICAS E PERSPECTIVAS DE UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E INCLUSIVA NO CONTEXTO DO ENSINO DA GEOGRAFIA NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA KOROGEDO PARU ALDEIA CÓRREGO GRANDE EM SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

GT 4: Educação e povos indígenas
Pôster

Rosa Maria Pereira da Silva 1 (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)
rmariarflor433@gmail.com

1 Introdução

Conhecer o funcionamento das escolas indígenas na Aldeia Córrego Grande em Santo Antônio de Leverger-Mato Grosso faz parte do estudo feito na zona rural da região no Município, onde abrangem comunidades indígenas que devem e merecem ter uma educação de qualidade, e tão importante quanto a qualidade, que esta seja flexibilizada para a vivência e o meio ao qual o indivíduo está inserido.

A implementação do Plano Municipal de Educação em Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso, é de extrema importância para a preservação da cultura e identidade dos povos indígenas da aldeia Córrego Grande. No entanto, para que essas escolas indígenas sejam eficazes na transmissão do conhecimento e na formação dos estudantes, é fundamental que haja uma formação docente específica para atender as necessidades e peculiaridades desse contexto.

A formação dos professores que atuam nessas escolas deve ser pautada na valorização da cultura e tradições indígenas, assim como na compreensão da realidade socioeconômica e ambiental dessa comunidade. É necessário que os docentes tenham conhecimento sobre a história, geografia, línguas e costumes dos povos indígenas, a fim de garantir uma educação de qualidade e que seja realmente significativa para os estudantes. Além disso, é importante que os professores sejam capacitados para utilizar metodologias e materiais didáticos que estejam em consonância com a cultura local e que promovam a participação ativa dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

A interação com a comunidade e a valorização dos saberes tradicionais também devem estar presentes na formação dos docentes, de forma a fortalecer o diálogo entre o conhecimento

Realização





acadêmico e o conhecimento popular. A formação de professores para a educação indígena é um tema de extrema importância, pois se trata de garantir uma educação de qualidade e que respeite a diversidade cultural e étnica do país. No contexto da escola Estadual Korogedo Paru em Santo Antônio de Leverger, os desafios são muitos, porém as práticas e perspectivas de uma educação intercultural e inclusiva são fundamentais para garantir o desenvolvimento aos alunos indígenas.

Os professores que atuam na Escola Estadual Indígena Korogedo Paru precisam estar preparados para lidar com uma realidade diferente daquela encontrada nas escolas não indígenas. É necessário que esses profissionais tenham uma formação específica em educação intercultural, que os permita compreender e respeitar a cultura, a língua e as tradições dos povos indígenas. Além disso, é importante que os professores estejam atentos às práticas pedagógicas inclusivas, que considerem as particularidades de cada aluno indígena e busquem promover a igualdade de oportunidades educacionais.

Nesse sentido, o ensino da Geografia na Escola Estadual Indígena Korogedo Paru deve ser pautado na valorização do conhecimento tradicional indígena, na promoção da sustentabilidade ambiental e no estímulo ao diálogo entre diferentes saberes.

2 Desenvolvimento

A formação de professores para a educação indígena na Aldeia Córrego Grande em Santo Antônio de Leverger é um desafio que requer práticas e perspectivas de uma educação intercultural e inclusiva, respeitando as particularidades e os conhecimentos dos povos indígenas e garantindo assim uma educação de qualidade e que promova o desenvolvimento humano e social dessas comunidades. Para enfrentar os desafios da formação de professores para a educação indígena na Escola Estadual Indígena Korogedo Paru, é fundamental que haja um trabalho conjunto entre a comunidade, os educadores e os órgãos responsáveis pela educação. A construção de um currículo que contemple a diversidade cultural e étnica, a promoção da formação continuada dos professores e o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior e organizações indigenistas são ações que podem contribuir para a melhoria da educação indígena na aldeia.

Neste contexto, a Lei 1.159/GP/2015 dispõe sobre o Plano Municipal de Educação (PME) de Santo Antônio de Leverger, para o decênio 2015-2025, definido através de metas e estratégias específicas. Uma das diretrizes do Plano Municipal de Educação prevê no artigo 2º /III a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial,



regional e diversidade. O artigo 205 da Constituição Federal estabelece a educação como direito de todos e dever do estado e da família. Deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assim, O PME em sua meta 1, estratégia 1.13 que trata da educação indígena, visando instruir e regulamentar, no sistema municipal de ensino, a profissionalização e reconhecimento público do magistério indígena, com concurso de provas e títulos adequados às particularidades linguísticas e culturais da sociedade indígena, garantindo a esses professores os mesmos direitos atribuídos aos demais do mesmo sistema de ensino, com níveis de renumeração correspondente ao nível de qualidade profissional.

No entanto, para que a educação indígena se efetivasse como uma modalidade em que os indígenas pudessem ter acesso à educação sem ter que desvincular de seus costumes e tradições, algumas medidas foram tomadas por parte das políticas públicas, para que as escolas deste meio apliquem conteúdos e medidas voltadas para o meio indígena. Daí a importância do cumprimento da estratégia 1.13 da meta 1 do PME, formação dos professores indígenas. Concordamos com Menezes Neto ao afirmar “o fundamental para os cursos de licenciatura do campo é que a formação do professor não perca o conceito de totalidade e nem seja dirigida a um conhecimento produtivista” (MENEZES NETO, 2009, p. 36). Não se pode perder de vista o caráter humanista que a formação deve ter, sempre! Porém não podemos conceituar as diferenças de que escola do campo é um, escola indígena é outro, porém espera-se a mesma consideração dispensada à modalidade do campo e urbana, pois nas únicas 3 (três) escolas indígenas do Município o objetivo deverá ser o mesmo: levar conhecimento aos sujeitos de direitos.

Entendemos com Arroyo (1999) a necessidade de acesso à graduação e pós-graduação aos professores das áreas rurais bem como aos indígenas e, a fomentação dessa discussão é um dos caminhos para que essa transformação aconteça. Portanto, a formação docente indígena é uma necessidade a ser visitada na definição de uma política pública para os povos indígenas da aldeia Córrego Grande. Somente através da valorização da cultura e identidade indígena, aliada a uma educação de qualidade, será possível garantir o desenvolvimento integral e o bem-estar dessas comunidades.

8 Considerações finais

O artigo evidencia a importância da formação docente específica para a educação indígena, promovendo uma abordagem que respeite e valorize a cultura e identidade dos povos

indígenas, ao mesmo tempo que busca a inclusão e qualidade educacional.

A pesquisa é significativa para garantir uma educação de qualidade que respeite a diversidade cultural indígena.

Ponto de inovação: A proposta de formação docente que integra saberes tradicionais e acadêmicos.

Desempenho: Espera-se que a metodologia contribua para a valorização da cultura indígena e a eficácia do ensino.

Carga de trabalho: A implementação das sugestões requer um esforço conjunto entre educadores, comunidade e órgãos governamentais.

Referências

ARROYO, Miguel González. A educação básica e o movimento social do campo. In: FERNANDES, Bernardo Maçano. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Art. 205º. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

MENEZES NETO, Antônio Júlio de. Formação de professores para a educação do campo: projetos sociais em disputa. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER (MT). Plano Municipal de Educação: 2021-2031. Santo Antônio de Leverger: Secretaria Municipal de Educação, 2021.